

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014

CPMI-PETRO

**Requerimento
Nº 251/14**

Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação da Senhora SHANNI AZEVEDO COSTA BACHMANN para esclarecer suspeitas de que tenha se beneficiado de recursos desviados no âmbito da operação Lava-Jato, bem como participado da destruição e ocultação de provas que documentariam os crimes investigados.

Requeremos, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas providências necessárias à convocação da Senhora SHANNI AZEVEDO COSTA BACHMANN, para esclarecer suspeitas de que tenha se beneficiado de recursos desviados no âmbito da operação Lava-Jato, bem como participado da destruição e ocultação de provas que documentariam os crimes investigados.

JUSTIFICAÇÃO

Em 29 de abril do presente ano, a página eletrônica da revista Veja publicou matéria em que a Senhora Shanni Azevedo Costa Bachmann foi flagrada, juntamente com seu marido, sua irmã e seu cunhado, conduzindo

Leandro Augusto Cunha
Técnico Legislativo
28/04/2014

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

volumes significativos de material que, suspeita-se, eram provas que incriminavam seu pai, Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás, que já esteve preso sob a acusação de ter praticado, entre outros crimes, o de corrupção passiva por ter recebido do doleiro Alberto Youssef - líder da organização criminosa alvo da Operação Lava-Jato da Polícia Federal - cerca de R\$ 7,9 milhões em propinas entre 2011 e 2012.

O ato foi praticado enquanto Paulo Roberto Costa era conduzido para prestar depoimento na sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro, no dia 17 de março.

A defesa da senhora Shanni alega que a visita do grupo ao local foi mera coincidência, mas há controvérsias.

Ademais, de acordo com outra reportagem da revista Veja, a senhora Shanni Bachmann e seu o marido Humberto Sampaio de Mesquita - apontado como membro de organização criminosa chefiada pelo sogro, Paulo Roberto Costa, e pelo doleiro Alberto Youssef - fizeram aquisições de imóveis com o valor declarado de 1,18 milhão de reais, sem considerar uma sala comercial altamente valorizada no Rio de Janeiro.

A referida revista alega que, nos últimos cinco anos, ao todo, a família da Senhora Shanni Bachmann - incluídos ela, o pai, a mãe, Marici Costa, seu marido, Humberto Sampaio de Mesquita, sua irmã, Arianna Azevedo Costa Bachmann, e seu cunhado, Márcio Lewkowicz - tenha operado transações registradas em menos 5,8 milhões de reais. Os imóveis adquiridos estão avaliados em 14,4 milhões.

Assim, com o intuito de esclarecer o destino dado aos recursos públicos desviados no âmbito das investigações da Operação Lava-Jato,

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

que somam cerca de R\$ 10 bilhões do erário brasileiro, e cuja fonte certamente inclui a Petrobras; bem como desvendar os fatos e circunstâncias que cercam a denúncia oferecida contra a senhora Shanni Bachmann pelo Ministério Público Federal de atuar em conjunto com seu pai, Paulo Roberto Costa, para destruir provas que documentariam crimes investigados na operação Lava-Jato, solicitamos o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de de 2014.


Deputado Rubens Bueno
PPS/PR